



Processo de Concessão Florestal

7ª Reunião da CGFLOP
Junho de 2007

Sumário

1. Apresentação do processo de licitação
2. Condições para haver licitações
3. Processo de licitação
4. Regulamentações necessárias

1. APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO

CONCESSÕES FLORESTAIS - ELEMENTOS DO CONCEITO LEGAL

O QUE?

Delegação onerosa do direito de praticar Manejo Florestal Sustentável



PARA QUE?

Voltado à **exploração sustentável** de produtos e serviços de base florestal



ONDE?

Em unidades de manejo localizadas **em florestas públicas cadastradas**



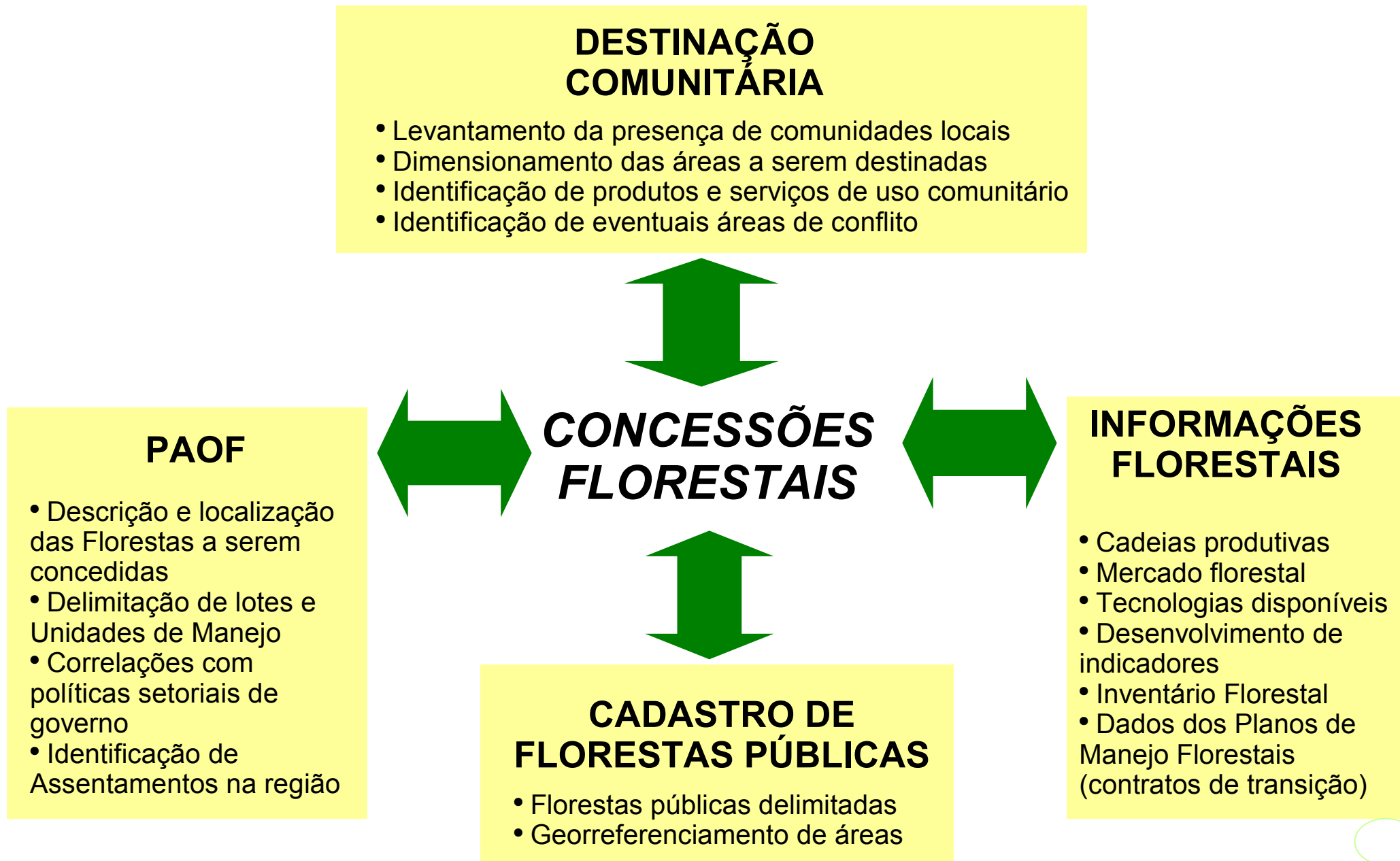
COMO?

Conforme capacidade demonstrada no âmbito de **PROCESSO LICITATÓRIO** e de acordo com PMFS aprovado pelo órgão ambiental competente



1. APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO

INTEGRAÇÃO COM OUTRAS ÁREAS



2. CONDIÇÕES PARA HAVER LICITAÇÕES

- ➡ **Florestas identificadas no Cadastro de Florestas Públicas da União;**
- ➡ **Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) elaborado e aprovado *;**
- ➡ **Licenciamento Prévio aprovado;**
- ➡ **Regras de monitoramento, fiscalização e auditoria estabelecidas**
- ➡ **Inventário Florestal elaborado**

* Obs: Conforme previsto no art. 78 da lei 11.284, poderá haver concessões florestais até a aprovação do primeiro PAOF, em alguns unidades de manejo localizadas numa faixa de até 100km ao longo da rodovia BR-163 e florestas nacionais ou estaduais. Assim, a demanda de alguns estudos e definição de critérios poderá acontecer antes do 1º PAOF.

3. PROCESSO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE CONCESSÃO CONTEÚDO DOS EDITAIS E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO



Art. 20
Lei nº 11.284/06

CONTRATO DE CONCESSÃO



Art. 30
Lei nº 11.284/06

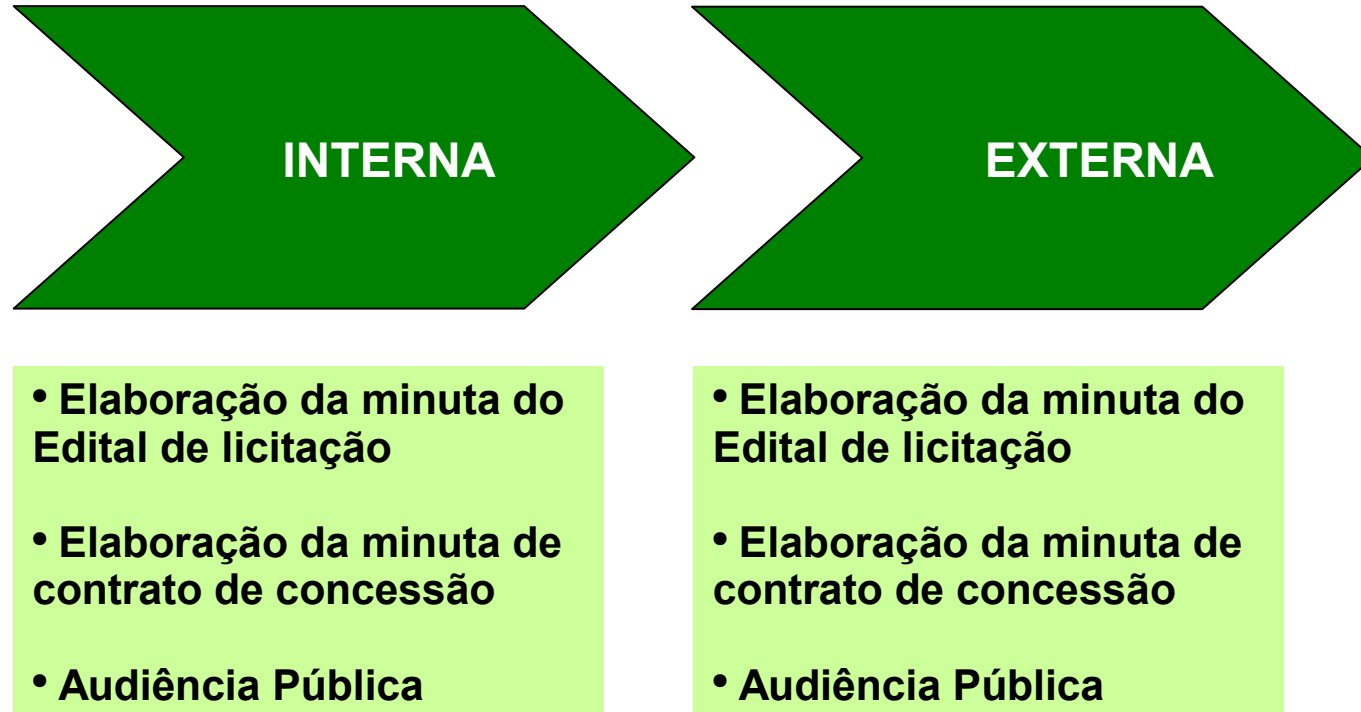
3. PROCESSO DE LICITAÇÃO

OUTRAS NORMAS QUE INFLUEM SOBRE A COMPOSIÇÃO DO EDITAL

- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Licitações e Contratos Administrativos
- Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 – Regime de Concessão e de Permissão
- Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995 – Outorga e Prorrogação das Concessões
- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001 – Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (Registros Cadastrais)
- Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 – Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.
- Decreto nº 4.358, de 05 de setembro de 2002 – ***Regulamenta os incisos V do art. 27 e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos)***
- ***Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006 – Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), o art. 4º, inciso III, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (PNMA), o art. 2º da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003 (Acesso às informações ambientais), altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nºs 3.179, de 21 de setembro de 1999 (Infrações Administrativas Ambientais), e 3.420, de 20 de abril de 2000 (PNF), e dá outras providências***
- ***Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007 – Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006***
- ***Instrução Normativa nº 50/2006, do Tribunal de Contas de União – TCU – Controle da Gestão Florestal***

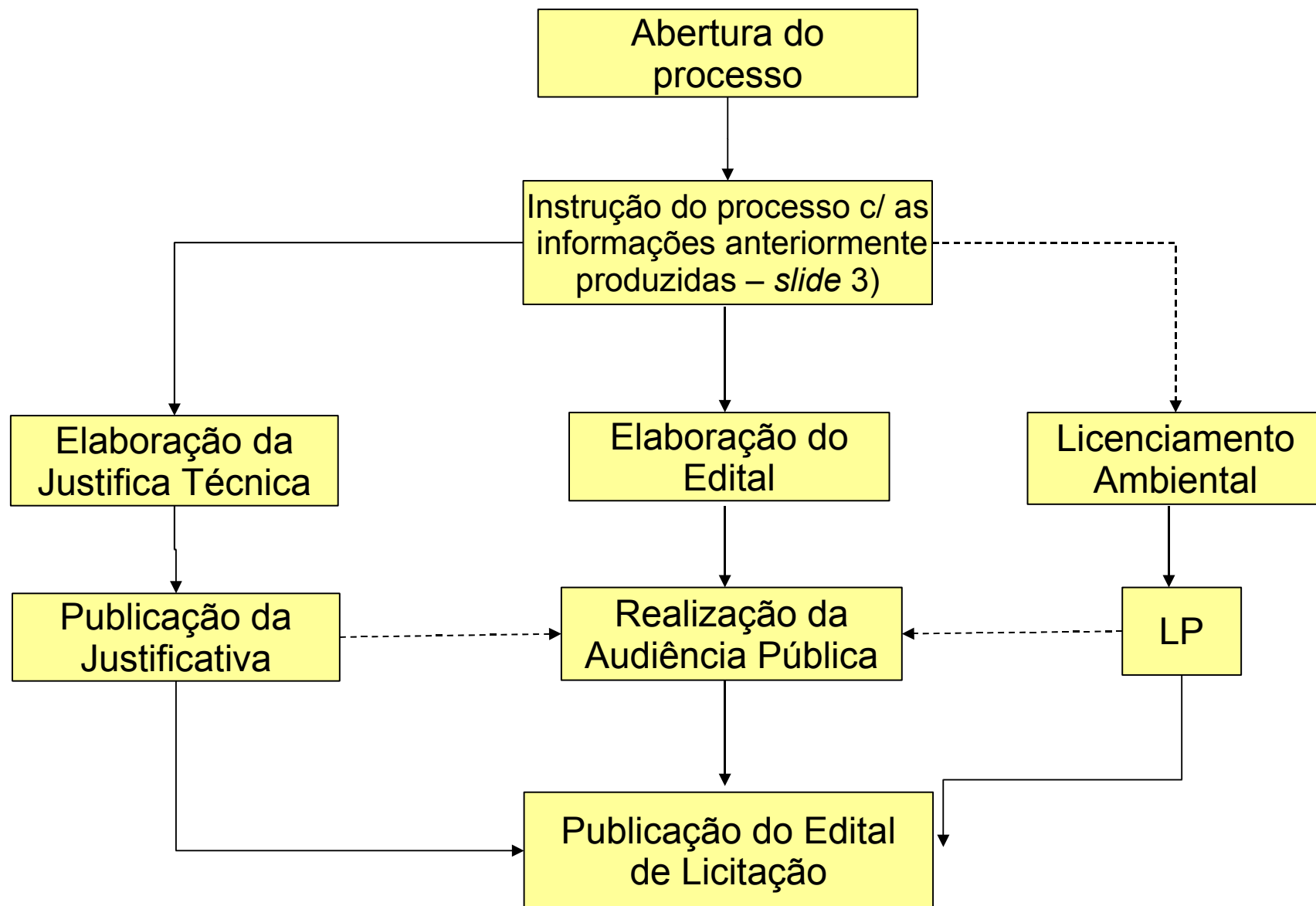
3. PROCESSO DE LICITAÇÃO

FASES



3. PROCESSO DE LICITAÇÃO

FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE LICITAÇÃO FASE INTERNA



3. PROCESSO DE LICITAÇÃO

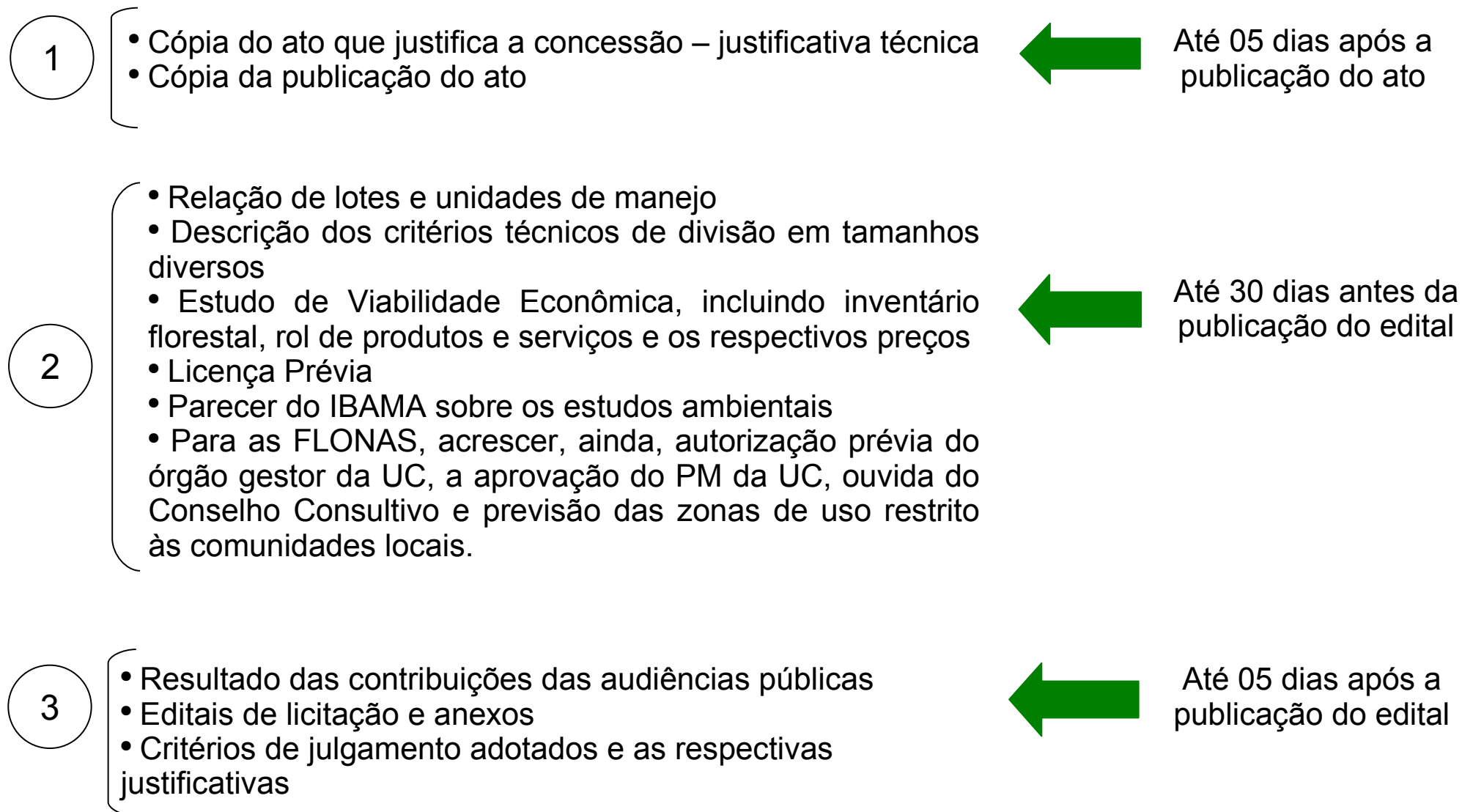
FASE INTERNA

CORRELAÇÕES COM O TCU - ENCAMINHAMENTOS



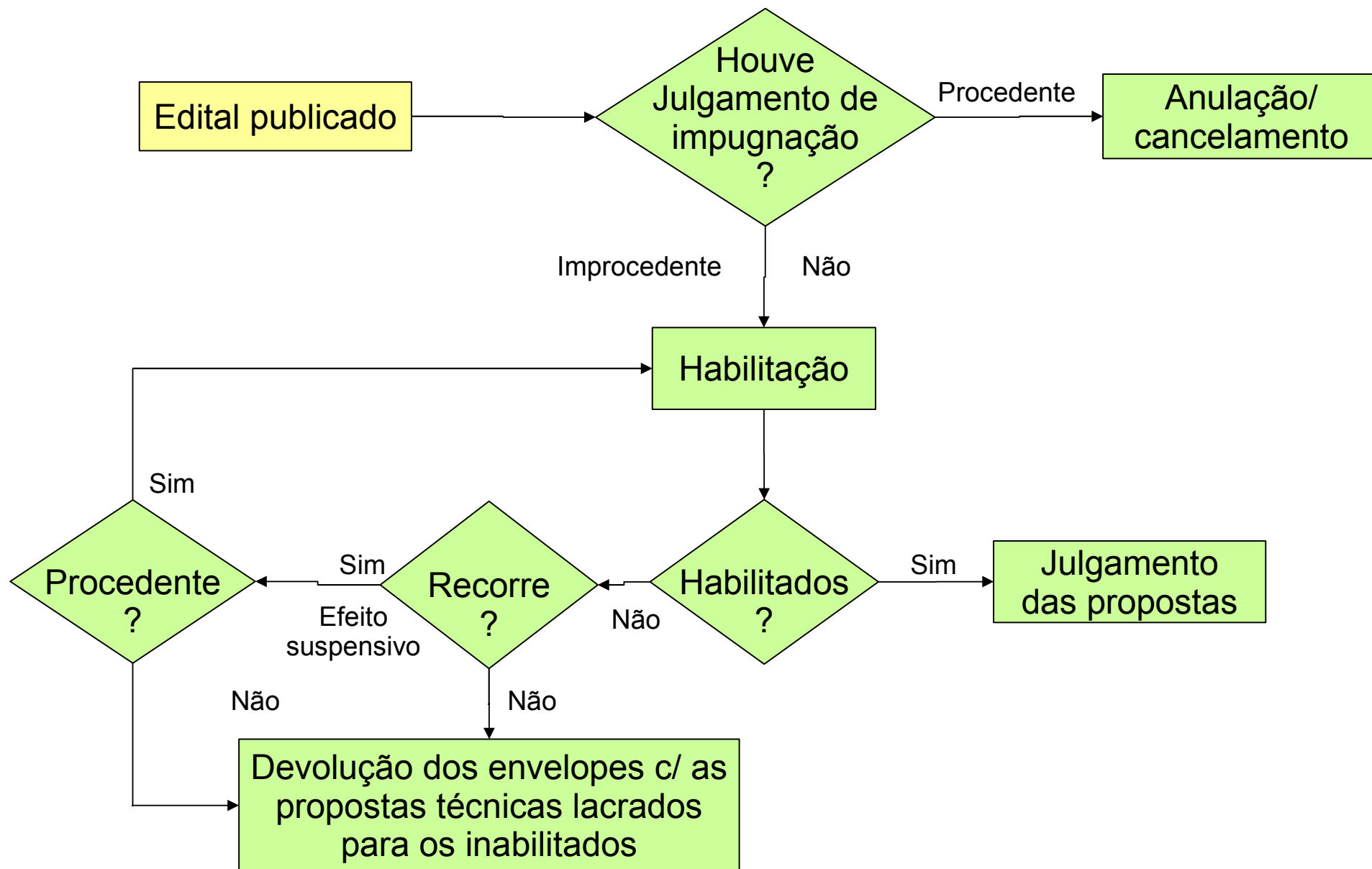
ENCAMINHAMENTOS

PRAZO



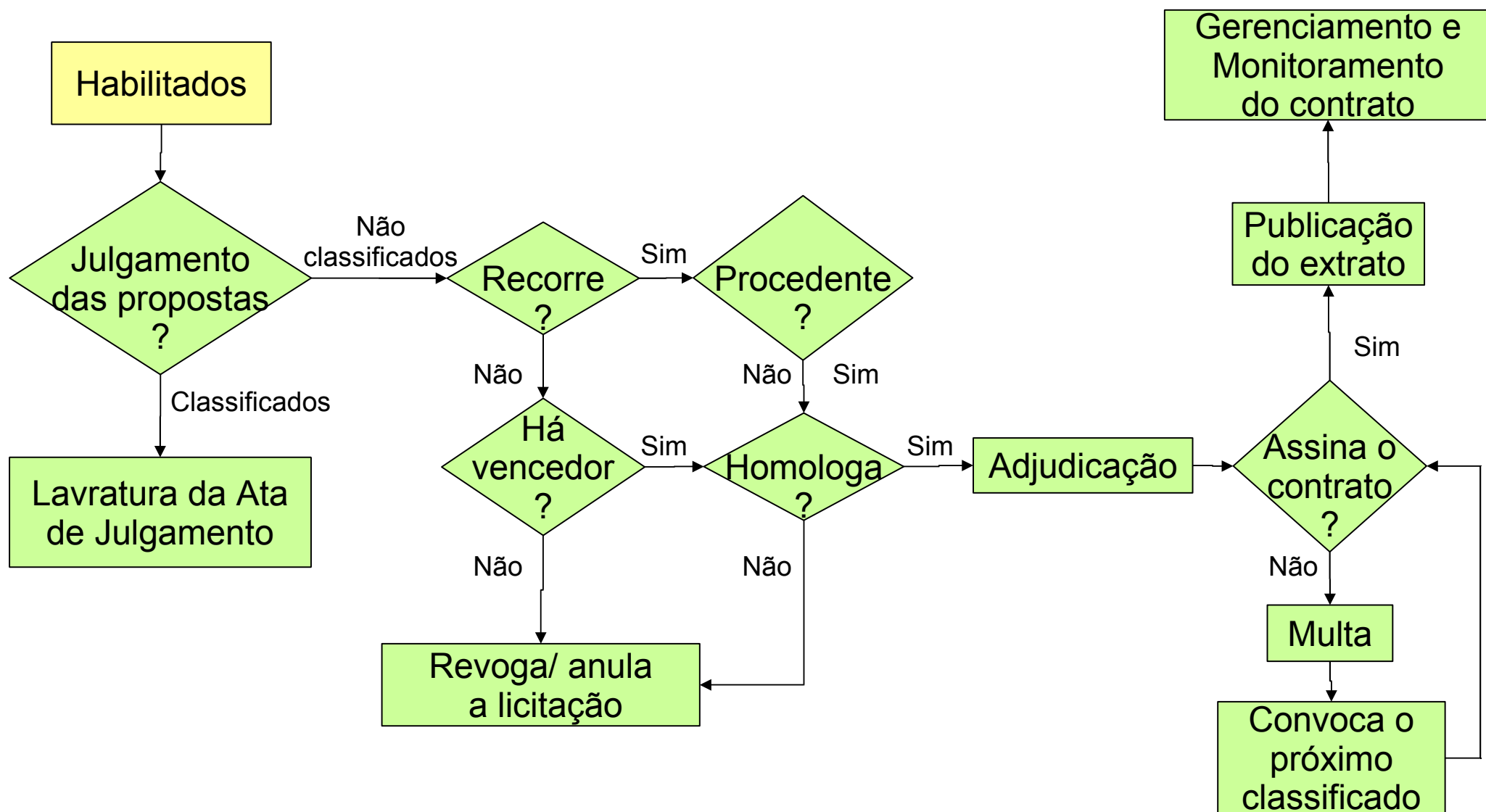
3. PROCESSO DE LICITAÇÃO

FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE LICITAÇÃO FASE EXTERNA – 1



3. PROCESSO DE LICITAÇÃO

FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE LICITAÇÃO FASE EXTERNA – 1



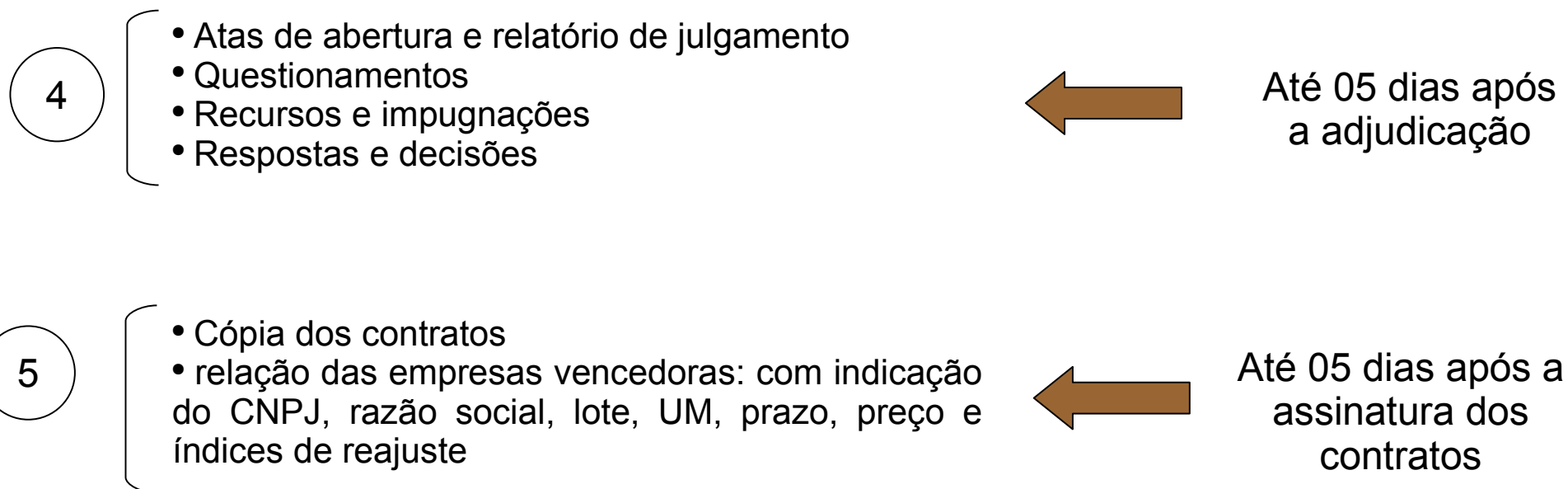
3. PROCESSO DE LICITAÇÃO

FASE EXTERNA **CORRELAÇÕES COM O TCU**



ENCAMINHAMENTOS

PRAZO



O TCU SELECIONARÁ OS PROCEDIMENTOS A SEREM FISCALIZADOS ATÉ 20 (VINTE) DIAS APÓS A PUBLICAÇÃO DO ATO DE JUSTIFICAÇÃO

4. REGULAMENTAÇÃO NECESSÁRIA



Definição dos parâmetros técnicos para elaboração do Inventário Florestal:



Definição dos procedimentos para elaboração dos Estudos de Mercado e de viabilidade econômica:



Definição dos procedimentos de monitoramento da execução dos contratos e definição das condições e prazos de realização das auditorias ambientais



Procedimentos para estipulação e mensuração dos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros de avaliação e acompanhamento

4. REGULAMENTAÇÃO NECESSÁRIA

OUTRAS REGULAMENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS

Elaboração de Manual com os procedimentos de licitação especificados, conceitos e princípios aplicáveis;

Definição dos procedimentos de desenvolvimento das audiências públicas

Construção do Registro Cadastral específico;

Desenvolvimento de procedimento de acompanhamento do recolhimento dos preços dos recursos florestais;

Estabelecimento dos procedimentos de prorrogação, extinção e rescisão contratual;

Identificação dos procedimentos de oferecimento, recebimento, reforço, execução e devolução de garantias;

Definição dos procedimentos de aplicação das sanções contratuais;

Desenvolvimento dos procedimentos de reajuste, repactuação e revisão contratual.